

Saúde e absentismo docente no período pós-pandêmico na região de abrangência da 15^a CRE/RS

Health and teacher absenteeism in the post-pandemic period in the region covered by the 15th CRE/RS

Arnaldo NOGARO¹
Adriane Cristina Bernat KOLANKIEWICZ²
Eduarda LORENZI³

Resumo

O artigo resulta de pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa com objetivo de mapear o perfil e características das doenças que provocaram absentismo de professores da rede pública estadual na região de abrangência da 15^a CRE/RS, em 2022. Os dados foram obtidos de laudos/licenças solicitados constando o CID e o número de dias solicitados. A análise dos dados foi de conteúdo. As doenças de maior incidência são ortopédicas e psiquiátricas ou emocionais. O absentismo é visto, sobretudo, como fator oriundo do indivíduo, desconsiderando-se causas sociais, de ambientes laborais ou sistêmicas. A responsabilização do trabalhador encobre suas verdadeiras causas.

Palavras-chave: Saúde ocupacional. Trabalho. Escola.

Abstract

The article is the result of bibliographical, documentary and qualitative research with the objective of mapping the profile and characteristics of the diseases that caused absenteeism among teachers in the state public network in the region covered by the 15th CRE/RS, in 2022. The data were obtained from reports/licenses requested, including the CID and the number of days requested. Data analysis was content. The diseases with the highest incidence are orthopedic and psychiatric or emotional. Absenteeism is seen, above all, as a factor originating from the individual, disregarding social, work environment or systemic causes. Holding workers accountable hides their true causes.

Keywords: Occupational health. Work. School.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do PPGEDU e PPGAIIS da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Endereço: Avenida 7 de setembro, 1558 Bairro Fátima 99709900 – Erechim-RS- Brasil. Telefone Celular: 54- 9991370-36. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1903996427651701>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0517-0511>. E-mail: narnaldo@uricer.edu.br

² Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde (PPGAIS). Membro da Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente (REBRAENSP). Desenvolve estudos que abordam a segurança do paciente, transição do cuidado, integração Bolsista produtividade do CNPQ (PQ-2). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7833969359741646>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1793-7783>. E-mail: adri.saudecoletiva@gmail.com

³ Estudante de Medicina pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Bolsista PPIBIC CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6036030344382682>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7235-2442>. E-mail: duuda_lorenzi@hotmail.com

Introdução

O ano de 2022 traz consigo os desfechos finais da pandemia, embora a Organização Mundial da Saúde tenha oficialmente decretado seu fim no ano de 2023. 2022 é o ano em que, progressivamente, o mundo vai retomando suas atividades, as pessoas vão retornando presencialmente a seus postos de trabalho e, também, é quando começamos a identificar o impacto provocado em sua vida e saúde. O sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível. Mas o que ela exprime está muito além disso. No entender de Santos (2021), a pandemia do novo coronavírus desregulou os tempos individuais e coletivos. O cenário vivido permitiu-nos ver as entranhas de muitas monstruosidades que habitam nosso cotidiano e nos seduzem com os disfarces que, de tão comuns, tomamos por normalidade. O coronavírus desnudou esta realidade. Se o macabro vivido nos ensinou algo ou não, é sobre o qual pouco sabemos. O fúnebre pode permanecer, mas o crepuscular de uma nova era também pode florescer, tudo depende de como nos posicionaremos e de nossa capacidade de aprender com tudo isso.

A falta de estudos empíricos ainda é uma das principais limitações para construir um retrato mais fiel do que representou a pandemia para a educação, seu impacto nas escolas, na vida de professores, estudantes e suas famílias. O aparecimento de novos estudos, especialmente amparados em dados concretos da realidade escolar permitirão que se faça uma avaliação mais criteriosa das dificuldades vividas, da necessidade de planejamento e construção de estratégias que possam servir para amenizar ou superar os impactos negativos em termos de ensino e aprendizagem, defasagem escolar, saúde ocupacional dos docentes, desenvolvimento humano-social e convívio empático dos estudantes brasileiros.

Como se sabe o período pandêmico foi desafiador para todo o planeta com muitas mudanças bruscas e novas formas de lidar com a vida cotidiana. No que tange aos professores e seu ofício essa realidade não foi diferente. Nesse sentido, de acordo com Fettermann e Tamariz (2021) a pandemia da COVID-19 trouxe muitos desafios aos professores. Com ela, surgiu a urgência de ressignificar a aplicação das metodologias e tecnologias digitais adotada pela escola e por esses profissionais, para que as práticas utilizadas anteriormente não fossem apenas reproduzidas nos ambientes

virtuais durante o período de crise. As decisões equivocadas, o negacionismo, a falta de recursos financeiros, a morosidade nas decisões, dentre outros aspectos, impactou diretamente na prática pedagógica e no trabalho do professor.

A pandemia trouxe questionamentos a respeito da função e necessidade da escola, ao mesmo tempo que fez pensar sobre que espaço é este e confirmou que a formação não se reduz à “escolarização”. Expôs as fragilidades do sistema de ensino e revelou que a educação em nosso país ainda está longe de ser prioridade. A pandemia tirou debaixo do tapete velhos monstros que o homem contemporâneo acreditava tê-los escondido para sempre como a dor, a morte, a solidão, o isolamento, os conflitos existenciais, a impotência humana, dentre outros. Eles transformaram-se em pesadelos para assombrar um indivíduo que se achava onipotente, senhor de si e controlador de tudo pelo conhecimento e pela ciência. Acreditava que a riqueza e posse de bens materiais o protegeriam de todos os flagelos e que habitar em palácios e em lugares isolados da miséria o deixaria impune de muitas mazelas humanas. “Estamos vivos demais para morrer e mortos demais para viver. No cuidado exclusivo com a sobrevivência nos igualamos ao vírus, esse ser morto-vivo que apenas se multiplica, ou seja, sobrevive sem viver” (Han, 2021, p. 38). O vírus provou o contrário, mostrou-se potente e sem compaixão, adentrando em diferentes espaços independente da condição que as pessoas se encontrassem, embora como já afirmamos, o contingente de mortos foi muito maior entre os pobres e excluídos economicamente.

O vírus trouxe a morte e a dor, que no entender de Han (2021), é uma disposição fundamental da finitude humana, que se coisificou em uma aflição puramente corporal. Este cenário gerou muito estresse, insegurança, demandou muita dedicação, esforço e trabalho dobrado, provocou acúmulo de tarefas com consequências diretas na saúde e bem-estar dos docentes. O retorno ao espaço real-público descortinou a situação concreta em que os professores se encontravam, o que nos instigou para realizar a pesquisa a fim de mapear o perfil e características das doenças que provocaram absenteísmo por parte de professores da rede pública estadual na região de abrangência da 15^a CRE/RS no ano de 2022.

Absenteísmo: para compreender o conceito

É de fácil constatação que o modo como nos comportamos e agimos está sendo revolucionado em decorrência das transformações científicas, tecnológicas e do mundo digital. No entender de Zanelli (2019, p. 41), o mundo do

[...] trabalho é uma revelação inconteste do fato de que se em algum momento foi possível às organizações orientarem-se pela linearidade e comando rígido, hoje vivemos em ambientes cada vez mais complexos e multideterminados, repletos de desafios, que demandam mentalidades abertas, flexíveis e criativas.

Neste cenário, onde os problemas que enfrentamos nem sempre são claros, não mostram relação de causa e efeitos e são geradores de estresse, muitas vezes, por não ter uma solução imediata ou até definitiva, incidem em desgaste, sofrimento laboral e adoecimento do trabalhador causando o absenteísmo.

Absenteísmo, segundo o dicionário Michaelis (2023), significa o hábito de estar ausente da pátria ou do emprego; ausência decidida antecipadamente. O Dicionário online de português (2023) traz ideias complementares: circunstância em que uma pessoa habitualmente deixa de realizar as obrigações referentes ao seu trabalho; ausência prolongada e recorrente das atividades realizadas na escola.

Na origem etimológica da palavra está no francês *absentisme*, com significado de pessoa que falta ao trabalho por inúmeros motivos. A literatura sobre o tema apresenta-o como processo decorrente das transformações do mundo do trabalho, especialmente após a Revolução Industrial, que criam as condições que se contrapõem ao bem-estar do trabalhador (Soares; Silva, 2004).

O absenteísmo-doença é definido pela *International Labour Organization* (ILO, 2023) como a ausência ao trabalho decorrente de uma incapacidade do indivíduo, exceto por gestação ou prisão, podendo ser atribuído a uma doença ou lesão accidental, como medida para evitar a propagação de doenças transmissíveis, ou, ainda, variando desde um mal-estar até uma doença grave.

Costa (1971, p. 842) identifica o absenteísmo como o conjunto

“[...] das ausências intencionais do trabalhador e de caráter repetitivo, excluindo, deste modo, as ausências por férias, por luto, por gravidez, ou por sanções disciplinares”. Nem todos os autores o definem da mesma maneira. Alguns não incluem as consideradas ausências legais (maternidade, férias...) como absenteísmo e dividem-no em voluntário e involuntário. Segundo Mallada (2023), o absenteísmo voluntário é caracterizado pelas ausências programadas, ou seja, aquelas ausências previstas, como férias e folgas. Já o absenteísmo involuntário é aquele caracterizado pelas ausências que não foram programadas, ou seja, as faltas não previstas que na maioria das vezes são caracterizadas por problemas de saúde ou problemas pessoais.

Santi, Barbieri e Cheade (2018) adotam a motivação como critério para dividir o absenteísmo: *voluntário* (por razões particulares não justificadas por doença; *por doença* (incluídas todas as doenças, exceto as decorrentes do trabalho); *por patologia profissional* (com relação a acidentes de trabalho ou doenças profissionais); *legal* (para as faltas amparadas por leis, como licenças por gestação, nojo, gala, doação de sangue e serviço militar); *compulsório* (devido ao impedimento ao trabalho por prisão ou outro motivo que restringe a chegada ao local de trabalho).

Há autores, como Chiavenato (2004) que também diferenciam a ausência física e mental do trabalhador. Mesmo estando presente fisicamente, não está focado e concentrado no seu trabalho, resultando em dispersão que prejudica o andamento das atividades ou se traduz em baixa produtividade, com repercussões econômicas dentro das corporações. Quadros como estes demandam que se faça diagnósticos para identificar as causas que levam os trabalhadores a se portarem desta maneira, pois podem revelar a gravidade das condições em que muitos deles se encontram.

Para estudiosos da área como Aguiar e Oliveira (2009), Chiavenato (2004) e Costa (1971), o absenteísmo afeta o indivíduo na sua subjetividade por enfrentar problemas decorrentes de sua ausência no trabalho, além de tornar-se um problema coletivo, pois as atividades laborais que ficam atrasadas comprometem o desenvolvimento do serviço, sobrecarregam outros funcionários, reduzem a produtividade e provocam prejuízos de ordem econômica.

O mundo do trabalho, após a Revolução Industrial, tem se transformado com grande velocidade, especialmente nas últimas décadas,

com a inserção de novas tecnologias, máquinas, robôs, implementação de novas rotinas e formas de organizar a jornada do trabalhador com repercussões diretas em seu bem-estar e saúde. Embora as escolas sejam criticadas por não terem passado por muitas dessas mudanças, é inegável que a pressão por produtividade, por melhores resultados e o perfil das crianças e jovens que as frequentam impactam diretamente no ambiente e na forma como o professor percebe a si e ao seu trabalho. Desta condição advém muitas consequências como estresse, *burnout* e absenteísmo. Os sintomas aparecem no adoecimento físico e psicológico: alterações vocais, perda de voz, distúrbios de sono, transtornos de humor, dentre outros, que afastam o docente do trabalho, aspectos que trataremos no próximo tópico.

Trabalho docente e absenteísmo

Zanelli (2019) apresenta as organizações de trabalho como sistemas psicosociais e, portanto, analisadas como produtoras de ações, ao mesmo tempo em que são produzidas pelas ações e reações de seus protagonistas ou participantes de seus subsistemas. As interações humanas são o cerne do fenômeno organizativo. Compreender os processos interacionais humanos é o passo preliminar na análise de qualquer contexto laboral. Qualquer entendimento a respeito das condições de trabalho, seu impacto na saúde e no bem-estar dos trabalhadores envolve uma análise mais precisa do contexto e da complexidade em que elas se dão. As conexões indivíduo-grupo e como elas ocorrem expressam elementos que permitem identificar se elas são saudáveis ou corrosivas. Na visão de Zanelli (2019, p. 28) o estado de bem-estar coletivo depende do modo “[...] como cada pessoa interpreta suas condições de vida, sobretudo as de trabalho. Depende das características de sua subjetividade que, sabemos, são construídas com base em elementos objetivos de sua realidade exterior”. Possuir indicadores que permitam diagnosticar como esses processos ocorrem podem auxiliar a intervir nestas relações para gerar melhorias e maior qualidade nas condições de trabalho. As escolas são uma modalidade de organização laboral de grande complexidade em decorrência dos diferentes atores que interagem, com seus respectivos interesses, finalidades e culturas. É neste ambiente que os professores convivem e exercem seu trabalho.

A prática docente é desafiadora, pois os profissionais que encaram a docência como uma realização pessoal e profissional sempre tiveram que lidar com muitos problemas, sejam pessoais, estruturais ou sistêmicos. Entre os diversos desafios, pode-se elencar, por exemplo, a desvalorização profissional do professor, ambiente de trabalho inadequado, insatisfação com as condições de trabalho, sobrecarga de tarefas, falta de incentivo para se atualizar, escassez de materiais e equipamentos de apoio às aulas.

Tais fatores, por si só, já tornam a prática docente exigente em contextos normais, imagina o quão grandes foram os desafios em uma situação totalmente atípica como foi a Pandemia. No final de 2019, o mundo escreveu uma nova história, a partir da Pandemia do coronavírus. Segundo Harari (2020), o vírus não molda a história, e sim os humanos. Diante da realidade súbita trazida pelo coronavírus, o mundo viveu uma realidade totalmente regrada, cheia de medos e insegurança. Para a preservação da saúde e contenção do vírus, passamos a viver conforme as diretrizes sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

No período da pandemia os trabalhadores enfrentaram contradições: a grande maioria impedidos de trabalhar por não poder sair de casa, muitos improvisaram ambientes de trabalho em casa, um contingente significativo foi obrigado a trabalhar pela necessidade de manter o funcionamento mínimo da sociedade, atender aos contaminados ou por obter ganho para sobreviver. Dentre os que trabalharam, muitos enfrentaram sobrecarga laboral, o exemplo são os professores. Sentiram-se compromissados a atender, de forma remota e indistinta, quase que customizada, a cada estudante em suas demandas educacionais. A casa do professor, em muitas circunstâncias, com muito improviso e misturando-se às lidas domésticas, foi transformada em sala de aula. Os professores precisaram se reinventar na mediação pedagógica e reorganizar suas vidas para enfrentar o inédito vivido, ou seja, o trabalho aumentou em quantidade e exigência. Além do estresse físico veio o cansaço mental e psicológico decorrente da exposição excessiva às telas, intensificando o desgaste que as mídias geram em nós com o passar do tempo, com impactos severos na nossa capacidade de pensar e reagir de forma crítica e concentrada. No entender de Berardi (2019, p. 110), podemos aumentar o tempo de exposição

[...] do organismo às informações, podemos ficar mais tempo diante da tela do computador ou acelerar os tempos de reação aos estímulos provenientes do universo da hipermídia. Mas a experiência não pode ser intensificada além de certo limite. Pois, além de certo limite, a aceleração da experiência provoca uma redução da consciência do estímulo, uma perda de intensidade que concerne à esfera da estética, da sensibilidade e também da ética.

Na verdade, muitas destas questões eram rotina antes da pandemia, o que ocorreu é que ela potencializou e escancarou todos estes fatos. Berardi (2019, p. 147) lembra que as subjetividades do século 21 estão carregadas de sofrimento e que o problema é “[...] agir em relação à solidão, ao medo do futuro e ao suicídio, porque essas são as tendências que se difundem na nova geração, a geração precária e conectada, que se espalha entre os jovens, entre os trabalhadores precários.” Mesmo com a atenuação da ação do vírus e da volta a uma certa “normalidade”, vamos demorar muito tempo para resolver conflitos, angústias e as desestruturações na vida que a pandemia deixou, se é que conseguiremos, como é o caso do absenteísmo.

Profissão docente: possíveis interferentes e fatores causadores do absenteísmo

Ferreira (2019) é convicta ao afirmar que a observação detalhada e sistemática da atividade laboral das pessoas fornece resultados valiosos para entender os problemas enfrentados por elas no trabalho. A autora afirma que há muitos estudos de cientistas de diferentes áreas falando ou analisando o mundo do trabalho, mas que ainda estamos carentes de estudos que tenham como foco as pessoas falando de si no trabalho e que possui consciência do quanto “[...] faz falta conhecer o trabalho para se compreender a saúde e as doenças das pessoas”. (Ferreira, 2019, p. 2). Em relação ao ambiente e condições de trabalho dos professores, Pereira (2016) suspeita que o desinteresse generalizado dos discentes, a banalização da agressividade e da violência, os confrontos com os alunos têm atingido de chofre sua saúde mental.

Em estudo realizado, Jucius (1979) afirma que o absenteísmo tem

diversas causas entre elas por saúde ou problemas pessoais e as mais frequentes são as enfermidades, que em certos casos, chegam a até 50% nas listas das causas; as doenças ocupacionais que minimizam a produção nas organizações; as horas de trabalho também contribuem para elevar o índice de absenteísmo, pois, os funcionários que trabalham além da sua carga horária em atividades repetitivas, são mais propensos adquirirem as doenças ocupacionais; as más condições de trabalho juntamente com a falta de interesse pelo serviço, também contribuem para o aumento do absenteísmo; os assuntos pessoais, o mau tempo e a falta de transporte, que parecem ser fatores simples, também elevam índice de absenteísmo; a atitude mental do indivíduo pode ser influenciada por fatores sociais, econômicos e por diversas opiniões de outras pessoas. Estes pontos de vista são sintetizados por Chiavenato (1985) identifica-os em: doenças efetivamente comprovadas; doenças não comprovadas; razões diversas de caráter familiar; atrasos involuntários; e faltas voluntárias por motivos diversos.

Na situação do magistério pode-se identificar alguns fatores, apontados por Jucius (1979), como causas de doenças ocupacionais: as cargas horárias extenuantes em várias escolas; trabalho em finais de semana ou tempo livre, sobrando pouco tempo para o lazer e cuidar de si; os ambientes e as condições de trabalho; e, sobretudo, a baixa remuneração que impede o acesso a uma melhor qualidade de vida. Martins (2020, p. 66) enfatiza que algumas das doenças ou quadros críticos enfrentados por professores, se intensificaram com a pandemia. Eles vivenciam “[...] algumas sequelas psicológicas, tipo angústia, depressão, insônias, problemas cognitivos, enfim, inusitadas situações emocionais, difíceis de gerir, paralelamente à fuga desesperadora do coronavírus”. Esses fatores levam à ausência dos profissionais na escola e consequentemente, na sala de aula, o que repercute na qualidade do ensino e na aprendizagem dos estudantes. A interrupção de atividades, descontinuidade e distanciamento do trabalho fazem com que o ritmo das atividades programadas seja alterado resultando em fragilização da vontade, perda de interesse e de foco no estudo por parte dos estudantes.

O professor se torna refém de um sistema que possui alta cobrança e lhe presta pouco apoio, basta observar o que Spósito, Gimenes e Cortez (2014) relatam ao dizer que o absenteísmo docente está relacionado às mais variadas questões, que vão desde as inúmeras atribuições inerentes à

profissão de professor, desvalorização social, baixa remuneração, despreparo do professor em lidar com os novos arranjos educacionais e problemas vocais. Relatando a situação de professores de São Paulo, Zanardi (2009, p. 69) considera que o isolamento profissional vivido por esses profissionais, o crescente controle externo sobre o seu trabalho e a alteração do seu papel, “[...] seguida da inexistência de tempo para suprir a nova demanda de habilidades que se fazem necessárias à sua função, esses professores acabam se tornando vítimas do seu próprio trabalho, e isso tem levado alguns professores a apresentar sintomas do mal-estar docente”.

A complexidade e as transformações nas condições de trabalho e do público que atendem fazem com que Pereira (2016) afirme que eles estão com grandes incertezas, seu trabalho parece não encontrar mais referências estáveis e se torna fonte de sofrimento. Com isso, o autor identifica dois núcleos de fatores geradores de esgotamento que os denomina de primários e secundários. Os primários são aqueles que incidem “[...] diretamente sobre a ação do professor em sala de aula, gerando tensões associadas a sentimentos e emoções negativas. E os secundários referem-se às condições ambientais, no contexto em que se exerce a docência”. Os secundários possuem ação indireta sobre os educadores afetando a qualidade de seu trabalho e minando sua motivação, o que não os torna menos importantes que os primários, uma vez que acumulados interferem em sua autoimagem e em sua identidade profissional por considerar-se menos capazes, sentirem-se impotentes e perdendo suas energias, redundando em dois grandes pilares do estresse ocupacional: o esgotamento e a frustração (Pereira, 2016).

Gasparini, Barreto e Assunção (2005) reforçam esta ideia ao considerarem as condições de trabalho, ou seja, as circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar como elementos que podem gerar sobreesforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas. Após pesquisa realizada, os autores esclarecem que os dados de afastamento

[...] não podem expressar os problemas de saúde vividos pelos servidores, tampouco é possível estabelecer associações diretas desses problemas com o trabalho por eles desenvolvido. Contudo, tais fatores são indicadores que nos

permitem elaborar hipóteses articuladas aos dados da literatura. (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005, p. 192).

No entendimento de Teixeira, Arossi e Santos (2021), também podem impactar na saúde do docente os desafios educacionais, como por exemplo, o uso das inovações tecnológicas, podendo gerar o absenteísmo por causa do estresse e tensão psicológica que isso gera.

O absenteísmo já ocorria antes da pandemia do Covid-19, mas permanecer trabalhando, de forma remota, por mais de dois anos, incidiu na saúde dos professores. O retorno, em meio à instabilidade e insegurança também contribuíram para a fragilização somática e psíquica dos docentes, pois, no entender de Dejours (1992), as sequelas psíquicas surgem do risco que a nocividade das condições de trabalho impõe ao corpo. Os dados coletados do ano de 2022 na região da abrangência da 15^a CRE/RS são um pequeno recorte epistemológico que pode nos auxiliar a saber mais sobre a saúde ocupacional dos professores, razão que nos moveu na realização da pesquisa que deu origem a este artigo.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa realizada⁴ é bibliográfica e documental, com caráter qualitativo e enfoque exploratório. No trabalho de concretizar o objetivo proposto para a investigação, inicialmente, fizemos contato com a 15^a CRE para sua autorização. O Estado do Rio Grande do Sul, do ponto de vista da organização educacional e para atendimento administrativo e pedagógico, está dividido em 30 CREs. A 15^a CRE abrange 39 Municípios⁵. Foi feita a compilação a partir de relatório fornecido das licenças ou laudos do ano de 2022, identificando-se o Código Internacional das Doenças (CID) e o período solicitado, uma vez que, legalmente, não é permitido constar o nome da doença no atestado que dá origem à licença ou laudo. Não houve identificação dos professores, nem

⁴ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética sob o C.A.A.E nº 67409923.1.0000.5351.

⁵ Fazem parte da 15^a Coordenadoria Regional de Educação todos os Municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Alto Uruguai e mais nove Municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Nordeste do Estado (Barracão, Cacique Doble, Santo Expedito do Sul, Paim Filho, Sananduva, Machadinho, São João da Urtiga, Tupanci do Sul e São José do Ouro).

escola, nem município. Os nomes de algumas doenças que aparecem no texto são encontrados por nós a partir dos CID constantes. A análise dos dados seguiu a perspectiva qualitativa e de conteúdo. Elaboramos duas categorias para abrigar os dados: Absenteísmo docente na 15ª CRE e Doenças ocupacionais e trabalho docente, que serão tematizadas como próximos tópicos.

Absenteísmo docente na 15ª CRE/RS

Na literatura que trata de absenteísmo há autores que enquadram todas as licenças e laudos do trabalhador como absenteísmo. Outros somente consideram-no quando a licença ou laudo não estão dentro do que se denomina direito do trabalhador, como férias, licença maternidades etc. Santi, Barbieri e Cheade (2018) dividem o absenteísmo de acordo com sua motivação: voluntário; por doença; por patologia profissional; legal; compulsório. Nesta pesquisa adotamos a perspectiva do direito do trabalhador e todos os laudos ou licenças que possuem esta natureza não foram considerados, ficando configurados para nossa análise os incisos I, II e III do Art. 128 da Lei Complementar nº 10.098 de 03 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul. O Art. 128, afirma que será concedida, ao servidor, licença:

I - para tratamento de saúde; II - por acidente em serviço; III - por motivo de doença em pessoa da família; IV - à gestante, à adotante e à paternidade; V - para prestação de serviço militar; VI - para tratar de interesses particulares; VII - para acompanhar o cônjuge; VIII - para o desempenho de mandato classista; IX - prêmio por assiduidade; X - para concorrer a mandato público eletivo; XI - para o exercício de mandato eletivo;
XII - especial, para fins de aposentadoria. § 1º O servidor não poderá permanecer em licença por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos dos incisos VII, VIII e XI deste artigo. § 2º Ao servidor nomeado em comissão somente será concedida licença para tratamento de saúde, desde que haja sido submetido à inspeção médica para

ingresso e julgado apto e nos casos dos incisos II, III, IV, IX e XII (Rio Grande do Sul, 1994, grifo nosso).

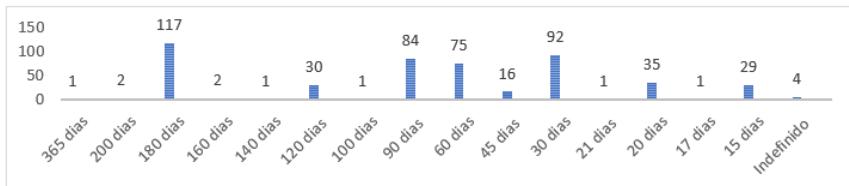
No Art. 129 da Lei referida acima, explicita como devem ser os procedimentos para alguns casos: “A inspeção será feita por médicos do órgão competente, nas hipóteses de licença para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família e à gestante, e por junta oficial, constituída de 3 (três) médicos nos demais casos”. Resguarda assim o direito do trabalhador e evita que haja fraudes ou práticas indevidas. Na rede pública estadual há professores efetivos e contratados emergencialmente. Os contratados possuem direito a atestados de até 15 dias, mas não licenças e laudos. Após este período devem submeter-se a perícia e, em caso de prorrogação, o ônus de seu pagamento é assumido pelo INSS. Os professores efetivos que precisarem de mais de 15 dias para tratar da saúde exercitam seu direito a laudos e licenças. O foco de nossa investigação foi nestes, desconsiderando os atestados.

O Art. 132, trata do tempo e orienta condutas a serem seguidas.

Nas licenças por períodos prolongados, antes de se completarem 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, deverá o órgão de perícia médica pronunciar-se sobre a natureza da doença, indicando se o caso é de: I - concessão de nova licença ou de prorrogação; II - retorno ao exercício do cargo, com ou sem limitação de tarefas; III - readaptação, com ou sem limitação de tarefas. Parágrafo único. As licenças, pela mesma moléstia, com intervalos inferiores a 30 (trinta) dias, serão consideradas como prorrogação.

A base legal apresentada foi a que fundamentou nossa busca e possibilitou o discernimento necessário para registrar os dados de acordo com categorias específicas. Foram identificados 491 laudos ou licenças. Destes 441 (89,81%) são de mulheres e 50 de homens (10,19%). Segundo dados do governo do estado, o magistério é composto por 17% de homens e 83% de mulheres (Rio Grande do Sul, 2019), o que estabelece certo equilíbrio entre laudos ou licenças tirados e o contingente de profissionais por sexo em atividade, com um pequeno desequilíbrio em relação ao contingente de mulheres. O quantitativo de laudos e os dias correspondentes pode ser visualizado no gráfico abaixo.

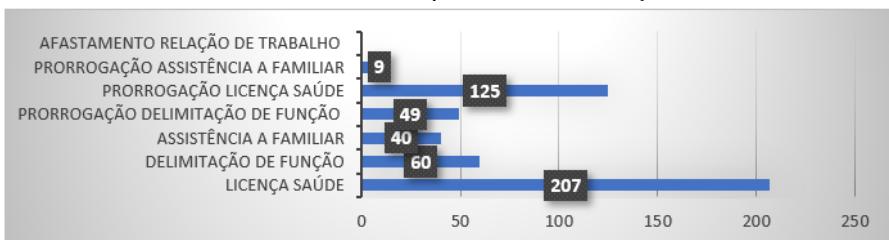
Gráfico 1 - Número de dias do laudo ou licença saúde.



Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Como os docentes não foram identificados, no cômputo total, pode existir profissionais que tiraram laudos sucessivos, uma vez que o limite máximo é de 180 dias, persistindo a doença há necessidade de perícia para conseguir novo laudo (constando como “prorrogação”). Foram encontrados casos de “licença saúde”, “licença para assistência a familiar”, “afastamento relação de trabalho”, “delimitação de função”, “prorrogação de licença saúde”, “prorrogação de delimitação de função” e “prorrogação de licença para assistência a familiar”. Na “delimitação de função” há quatro casos cujo prazo é “indefinido”, ou seja, não retornam mais às atividades exercidas anteriormente enquanto estiverem ativos como trabalhadores. São remanejados para outras funções cuja condição de saúde permite que realizem. O gráfico abaixo detalha o aqui expresso.

Gráfico 2 – Razões para laudos ou licenças.

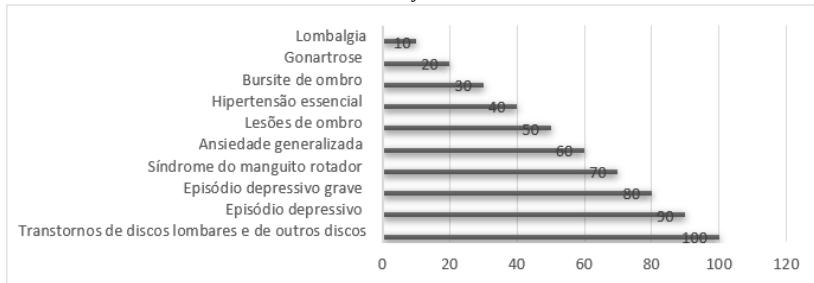


Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Os pedidos concentraram-se basicamente em três indicadores: “licença saúde” (207), seguido de “prorrogação de licença saúde” (125) e “delimitação de função” (60) que totalizam 79,83 %. No Art. 133 (Lei Complementar nº 10.098 de 03 de fevereiro de 1994), há menção que “O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou

à natureza da doença, devendo, porém, está ser especificada através do respectivo código (CID)”. Decodificamos os CID e encontramos os nomes das doenças, o que nos permitiu fazer a relação das dez maiores causas de afastamento do trabalho, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Doenças mais incidentes.



Fonte: Elaboração dos autores (2024).

O gráfico sinaliza para a natureza de dois grupos de doenças ocupacionais: as relacionadas à ortopedia (ossos, articulações, ligamentos, tendões) e as atreladas à dimensão psiquiátrica e emocional dos professores. Os fatores causadores das doenças ortopédicas podem ser compreendidos observando-se as características da atividade docente que envolve movimentos com braços e mãos (escrever, digitar, desenhar, carregar materiais didáticos, ficar muito tempo em pé, deslocar-se de um espaço para outro ...). Tais fatores são mais objetivos e sua origem pode ser identificada com menor grau de complexidade, o que não significa que não sejam importantes ou provoquem dor e desconforto que dificultam ou impedem o trabalho do professor. Dejours (1992) diz que só o sofrimento físico pode ser reconhecido pela organização do trabalho, enquanto o sofrimento mental, e, em particular, a ansiedade, não têm o direito de existir no local de trabalho. Os fatores causadores das doenças psiquiátricas ou emocionais são mais complexos, sua origem é mais rebuscada, há interferentes de caráter subjetivo, sociais, de ambiente de trabalho, enfim, podem ser multifatoriais sobre os quais nos dedicaremos no próximo tópico.

Doenças ocupacionais e trabalho docente

O cenário do mundo e as condições laborais dos trabalhadores antes da Pandemia do COVID-19 era caótico e preocupante. Dizemos isso para não parecer que a exclusão, o estresse, a incerteza, a pressão por resultados, o desemprego, as precárias condições de trabalho, dentre outros aspectos, que constatamos hoje foram causados pelo vírus. Muitos dos problemas vividos pelos professores existiam, o que houve foi o aparecimento de novos, a publicização de outros e a intensificação de boa parte deles. O que ocorreu, na ótica de Laval e Vergne (2023, p. 77), foi que como um “[...] espelho de aumento, a crise sanitária mostrou uma crise ainda mais crônica, a da pobreza nos meios escolares e universitários”. Muitos dos problemas que assolam estes espaços estão relacionados à sobrecarga de trabalho, ao estresse do dia a dia, baixos salários, necessidade de conciliar a vida pessoal/familiar com o trabalho, dentre outros. Sem contar aspectos do contexto como as mudanças de cenário provocadas pelas tecnologias, a relação com as famílias, a incapacidade de acompanhar a evolução do conhecimento, dentre outros. Em pesquisa realizada por Gasparini, Barreto e Assunção (2005, p. 194), constatam que os

[...] pesquisados citam como fatores de agravamento do problema a quase inexistência de projetos de educação continuada que os capacite para enfrentar a “nova” demanda educacional; o elevado número de alunos por turmas; a infraestrutura física inadequada; a falta de trabalhos pedagógicos em equipe; o desinteresse da família em acompanhar a trajetória escolar de seus filhos; a indisciplina cada vez maior; a desvalorização profissional e os baixos salários, situações que fogem de seu controle e preparam.

Na concepção de Han (2020, p. 48), o sistema capitalista representado pelo neoliberalismo explora a psique, tornando a pessoa controlável, manipulável, com exigências produtivas mais altas, fazendo com que o ser humano morra “[...] da obrigação de produzir cada vez mais desempenho”. Ao falar das relações de trabalho no capitalismo vigente, Sennett (2018, p. 53) constata que o sistema “[...] gera alto nível de estresse e ansiedade entre os trabalhadores, como podemos constatar eu e muitos outros pesquisadores”. Como a categoria dos professores é um grupo cuja

matéria prima laboral é a atividade intelectual, mental, passam a sofrer as consequências diretas das novas formas de apropriação da “força de trabalho” e de sua exploração. As consequências afetam, sobretudo, a saúde física e mental, uma vez que não há como separar estes dois aspectos quando se trata da pessoa humana, o que faz Safatle (2023), considerar que não se sofre da mesma forma dentro e fora do neoliberalismo. Ao tratar das condições em que se encontram as escolas e universidades e da reformatação das atividades mentais apropriadas com finalidade cada vez mais produtiva, Berardi (2019) reconhece que o sistema nervoso é submetido a um estresse sem precedentes, computando nesta mutação: patologias, sofrimento, desvios de comunicação e desconforto existencial.

Em sua pesquisa relacionada ao sofrimento dos docentes no espaço de trabalho, Pereira (2016) identifica que o padecimento dos professores que ouviu estava muito além da docência ou da escolha sintomática por ela. “Se ao longo dos anos de trabalho houve afastamentos, absenteísmo, licenças médicas, desvios de função etc., em muitos casos, isso se deu por influências alheias à própria docência”. Em outras palavras, há que se prestar atenção na constituição psíquica de cada eu, em como cada um enfrenta as condições a que é submetido, o que faz entender porque muitos ainda continuam na profissão, mesmo diante das adversidades vividas. Embora haja reveses, escárnios, insucessos, alguns imaginados intransponíveis, Pereira (2016, p. 111) considera um determinante psicanalíticos como o grande vetor que sustenta o trabalho do professor: “[...] de a escola ser o lugar do exercício do amor ao saber onde o desejo constitui, ele mesmo, esse saber”. O lugar de padecimento do professor está intimamente ligado à sua condição de vulnerabilidade histórica, social e psíquica, onde grande parcela não consegue se identificar no coletivo e age pela individualidade como mecanismo de superar suas fragilidades, o que se torna enganoso pois seu trabalho está implicado no espaço grupal, perceba ele ou não.

A “nuvem de palavras” (Figura 1) com nomes de doenças encontradas nos laudos e licenças produz uma síntese e dá maior visibilidade às patologias. Nela sobressai-se “transtornos”. Estes são condições de ordem psicológica e/ou mental que geram comprometimento na vida normal de uma pessoa. Como exemplo, podemos citar o Transtorno Bipolar, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno Obsessivo Compulsivo e Transtorno de

Personalidade. Essas alterações mentais são tratadas, geralmente, por psicólogos e psiquiatras e têm aumentado na atualidade devido a situações do dia a dia, como o estresse. Com a identificação das doenças a partir dos CID aparecem os “Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com radiculopatia” como quesito de maior incidência, que mesmo de natureza ortopédica, caracteriza-se como “transtorno” justificando ser o concito mais saliente.

Figura 1 – Nuvem de palavras-síntese das doenças encontradas.



Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Os transtornos geram grande sofrimento. Para Dejours (1992), este é entendido como tradução psíquica do sentimento social de indignidade, desrespeito e humilhação do operário ou do trabalhador intelectual. Para o autor, o sofrimento “[...] começa quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada; quando o trabalhador usou o máximo de suas faculdades intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem e de adaptação”. (DEJOURS, 1992, p. 52). Neves *et al.*, (2023, p. 131) argumenta que as formas de expressão e produção do sofrimento são implicadas pela transformação dos próprios sujeitos realizadas pelo neoliberalismo, isto é, “[...] não apenas descrever, compreender e tratar os sofrimentos psíquicos, como também os produzir para então tratá-los”. Posição semelhante tem Crary (2020) ao denunciar que um número cada vez maior de estados emocionais tem sido caracterizado como patologia, com o objetivo de criar novos e amplos mercados para produtos até então desnecessários. Em outras palavras, é a forma sofisticada que o sistema utiliza para produzir subjetividades ajustadas aos seus interesses.

O atendimento por profissionais especializados nestas áreas (psicólogos, psiquiatras, psicoterapeutas) requer recursos financeiros e tempo, dois aspectos que são fragilidades quando se trata dos professores.

Sem contar que as medicações indicadas para estes casos são de uso prolongado ou contínuo e possuem preços elevados, incompatíveis com o salário, ao menos no estado do RS. O empregador não oferece suporte nestes aspectos, como por exemplo, disponibilidade de psicólogos para atendimento aos docentes, ficando sob sua responsabilidade o ônus de custear o tratamento, o que nem sempre é possível em função do baixo ganho. Os professores precisam optar: cuidar da saúde ou utilizar os recursos financeiros que possuem para outras necessidades ou demandas. Aqueles que investem na saúde, o fazem tirando recursos que seriam destinados a seu bem-estar ou da família, como alimentação, roupas, lazer, viagens, estudo etc. A necessidade de fazer estas escolhas aumenta o nível de preocupação, de estresse, angústia e sofrimento psíquico, agravando ainda mais seu problema.

Neves *et al.*, (2023) explicita a lógica que está nos meandros do capitalismo e atua como uma crença alimentada pela comunidade científica e a sociedade civil que passam a considerar “[...] que transtornos mentais são transtornos fundamentalmente biológicos e, assim, impossíveis de serem compreendidos por heurísticas pautadas em um aporte histórico, sociológico, relacional etc.” Desqualifica-se o contexto e o meio como geradores de doenças para responsabilizar o componente biológico como gerador do sofrimento psíquico, passível de ser resolvido com medicação que ajuste e propicie equilíbrio aos indivíduos. Neste sentido, Pereira (2016, p. 164) alerta que se do ponto de vista biológico isso pode ser visto como um avanço, do ponto de vista subjetivo pode ter se tornado um desastre. “Medicam-se, agora e apressadamente, tristezas, humores e comportamentos sem dar a mínima chance ao sujeito de ter o tempo suficiente para elaborá-los por meio de seus próprios dispositivos simbólicos e, assim, poder sair deles mais fortalecido”. Em tempo, cabe lembrar que tudo isso faz parte da ciranda do mercado que alimenta o circuito da indústria farmacêutica. Neves *et al.* (2023) reforça este ponto de vista demonstrando que cada vez mais estão disponíveis tecnologias médico-farmacológicas que não atuam visando à cura de uma doença ou o retorno a um estado de saúde, mas sim atuando no psíquico, desconsiderando questões políticas, sociais, econômicas que circundam o indivíduo.

Quando você esvazia o sentido do cenário onde as pessoas vivem e trabalham, qualquer consequência oriunda de algum desequilíbrio do

sujeito passa a ser de sua inteira responsabilidade, desaparece o conflito indivíduo-sociedade para responsabilizar o indivíduo pela sua descompensação, uma vez que ele é o que não se “adapta” e adoece por não saber como enfrentar um sistema que é corrompido e invasivo à vida do ser humano, mas que se faz perceber como objeto de desejo. Na visão de Dunker (2023, p. 190), esta narrativa de sofrimento individualiza o fracasso, na forma de culpa, distanciando-o da ideia de conflito. “Com isso ela consegue isolar completamente a dimensão política, das determinações objetivas que atacam nossas formas de vida, redimensionando trabalho, linguagem e desejo, do sofrimento psíquico”.

Considerações finais

A literatura sobre o absenteísmo considera-o como o não comparecimento, prolongado e recorrente, ao trabalho provocado por motivos de cinco tipologias: voluntário, por doença, por patologia profissional, legal e compulsório. Nesta pesquisa consideramos para análise aqueles fatores cuja matriz da ausência ao trabalho não esteja dentro do que se pode considerar como “direito do trabalhador” como férias, licenças etc. Concentramo-nos em laudos e licenças solicitados em decorrência de alguma patologia. No total foram compilados 491. Destes identificamos os dez de maior incidência que foram apresentados no gráfico 3, que podem ser classificados em dois grupos: os de natureza ortopédica e os de ordem psiquiátrica ou emocional.

A observação dos dois grupos de doenças ocupacionais gera grande preocupação e sinaliza para as condições e o contexto em que o professor realiza seu trabalho, especialmente porque em determinadas situações ele fica muito tempo afastado ou gerando a delimitação de função que faz com que não retorne mais ao seu posto de trabalho. Uma causa ortopédica pode provocar a delimitação de função que desencadeia transtornos de natureza psicológica pela perda de sentido, valor e referência que o trabalho possui na vida do profissional da educação. Pode instalar uma crise de identidade e gerar sentimento de inutilidade pelo afastamento da sala de aula, por exemplo, sendo redistribuído para funções burocráticas ou privando-o do convívio com os estudantes em sala de aula, onde muitos professores se sentem realizados, mesmo diante das dificuldades que isso apresente.

O tratamento das doenças ocupacionais identificadas requer profissionais especializados (médicos, fisioterapeutas, psicólogos, psiquiatras) exigindo recursos financeiros e dispêndio de tempo. Os docentes possuem plano de saúde (IPE Saúde) que oferece possibilidade de consultar profissionais da saúde, porém nem todas as especialidades estão próximas, requerendo deslocamentos e o Plano de Assistência Médica Suplementar (PAMES) que oferece alguns benefícios diferenciados é opcional, sendo adquirido mediante pagamento mensal. Muitos tratamentos complementares, como por exemplo fisioterapia, possuem quantidade limitada de seções. Necessitando de mais seções cabe ao professor custear de seu próprio bolso, bem como serviço de psicologia que somente é possível quando ele paga com recursos próprios. Os medicamentos são outro gargalo, uma vez que, dependendo da patologia, são de uso prolongado ou até contínuos, possuem alto preço fazendo com que o trabalhador necessite gastar boa parte de seu salário com isso, provocando angústia pela necessidade de ter que optar por cuidar de sua saúde ou usufruir de outros bens/condições (alimentação, viagens, livros, estudo...).

Além dos aspectos mais específicos à pessoa do professor existem as consequências de natureza organizacional e pedagógica do absenteísmo, mostrados também em outros estudos como os de Dejours (1992), Ferreira (2019), Gasparini, Barreto e Assunção (2005), Zunardi (2009). As faltas geram transtornos no planejamento e na gestão da escola, alteração nos horários, provocam descontinuidade nas atividades, interfere no ritmo de aprendizagem dos estudantes pela troca de professores ou substituição por outras disciplinas para não os deixar sem aula, provocando sobrecarga de trabalho para quem assume mais turmas, além das designadas em sua carga horária. Isso tudo gera descontentamento de estudantes e suas famílias que se sentem prejudicados por não terem seus direitos de aprendizagem respeitados, desconsiderando que se trata de patologias e não de má vontade ou livre escolha dos docentes.

Poderiam ser adotadas medidas preventivas como ginástica laboral, orientações de ergonomia para as patologias de caráter ortopédicos e disponibilização de psicólogos nas escolas para auxiliarem em situações críticas ou tomadas de decisão, realizar formações fornecendo orientações e estratégias para soluções de problemas, para aumentar a resiliência dos professores ou possibilitar que compreendam melhor a natureza do

trabalho docente em sua complexidade. Estas medidas são secundarizadas ou não propostas, pois o entendimento é que o absenteísmo é, sobretudo, um fator gerado pelo indivíduo, desconsiderando causas sociais, de ambientes laborais ou sistêmicas, cuja competência também é dos gestores ou do empregador. Neste sentido, Djours (1992) é cirúrgico e enfático: basta diminuir a pressão organizacional para fazer desaparecer toda manifestação de sofrimento. A responsabilização do trabalhador faz com que ele seja substituído para resolver o problema, evitando que se busquem as causas sistêmicas onde está sua gênese, mantendo-se a lógica do mundo do trabalho neoliberal, encobrindo suas verdadeiras causas e deixando de atribuir responsabilidade a quem usufrui da força de trabalho e tem o compromisso de zelar pelo seu bem-estar, tornando-o descartável quando não tem mais nada a oferecer.

Referências

- AGUIAR, G. A. S.; OLIVEIRA, J. R. de Absenteísmo: suas principais causas e consequências em uma empresa do ramo da saúde. *Revista de Ciências Gerenciais*, v. XIII, nº 18, ano 2009. DOI: <https://doi.org/10.17921/1415-6571.2009v13n18p95-113>
- BERARDI, F. *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu Editora, 2019. 192 p.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 480 p.
- CHIAVENATO, I. *Recursos humanos*. São Paulo: Atlas, 1985. 544 p.
- COSTA, J. P. *Absenteísmo* [separata]. *J médico*, 1971.
- CRARY, J. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 p.
- DICIO. *Dicionário online de português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/absenteismo/> Acesso em: já. 2023.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992. 168 p.

DUNKER, C. A hipótese depressiva. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. P. 177-212.

FETTERMANN, J. V.; TAMARIZ, A. D. R. Ensino remoto e ressignificação de práticas e papéis na educação. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 14, n. 1, 2021.

FERREIRA, L. L. Lições de professores sobre suas alegrias e dores no trabalho. **Cad. Saúde Pública**, 35 Sup 1:e00049018, p. 1-11, 2019.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/GdZKH9CHs99Qd3vzY5zfmnw/abstract/?lang=pt> Acesso em: jan. 2024.

HAN, B. **Sociedade paliativa: a dor hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. 120 p.

HAN, B. **Psicopolítica – o neoliberalismo as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: editora Âyiné, 2020. 102 p.

HARARI, Y. **Notas sobre a pandemia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020. 128 p.

ILO. **International Labour Organization**. Disponível em: <https://www.ilo.org/Search5/search.do> Acesso em: Jan. 2023.

JUCIUS, M. J. **Administração de pessoas**. São Paulo: Saraiva, 1979.

LAVAL, C.; VERGNE, F. **Educação democrática: a revolução iminente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. 272 p.

MALLADA, F. J. R. **Gestão do absenteísmo trabalhista nas empresas espanholas**. 01 maio 2004. Disponível em: <http://www.kplus.com.br>. Acesso em: jan. 2023.

MARTINS, V. P. S. **Educação em tempos de pandemia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 207 p.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro de Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=OWQE> Acesso em: já. 2023.

NEVES, A. *Et al.* A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. P. 125- 175.

RIO GRANDE DO SUL. Portal do Estado do Rio Grande do Sul. **Mapa estratégico do governo do RS, 2019**. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/134eriodicos-gov-1501.pdf> Acesso em: jan. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Complementar nº 10.098, de 03 de fevereiro de 1994**. Dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. P. 17-46.

SANTI, D. B.; BARBIERI, A. R.; CHEADE, Maria de Fátima Meinberg. Absenteísmo-doença no serviço público brasileiro: uma revisão integrativa da literatura. Ver Bras Med Trab, v. 16 (1), p.71-81, 2018. Disponível em: <http://www.rbmt.org.br/details/296/pt-BR> Acesso em: jan. 2023.

SANTOS, B. S. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021. 426 p.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2028. 189 p.

SOARES, L. Q.; SILVA, E. R. F. **Absenteísmo docente em instituição de ensino público**. 01 maio 2004. Disponível em: <http://www.kplus.com.br>. Acesso em: jan. 2023.

SPÓSITO, L. S.; GIMENES, R. M. T.; CORTEZ, L. E. R. Saúde e absenteísmo docente: uma breve revisão de literatura. Revista Eletrônica Gestão & Saúde, v.05, nº. 03, p. 2096-14, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/694> Acesso em: jan. 2024.

TEIXEIRA, S. de A.; AROSSI, G. A.; SANTOS, A. M. P. V. Influência do Estresse no Absenteísmo de professores do Ensino Médio e Fundamental: uma revisão da literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 16, e31101623226, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23226>

ZANARDI, G. S. Os professores e suas faltas: sinais da precarização da carreira docente. *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, MS, v.15, n.29, p.58-72, jan./jun. 2009. Disponível em: file:///C:/Users/anoga/Downloads/2471-Texto%20do%20artigo-7422-1-10-20161108%20(1).pdf Acesso em: jan. 2024.

ZANELLI, J. C. *Prática reflexiva das ações gerenciais: um modo de promover a saúde e o bem-estar sem perder de vista a produtividade*. Curitiba, PR: Maxi, 2019. 364 p.

Recebimento em: 16/02/2024.

Accite em: 11/02/2025.